

Plano e Orçamento aprovados

O Plano Regional Anual dos Açores para 2024 foi ontem aprovado na generalidade no Parlamento regional, com 31 votos a favor do PSD, CDS-PP, PPM e Chega, 25 abstenções do PS, IL e PAN, e um voto contra do BE.

A votação do documento na generalidade aconteceu no plenário da Assembleia Legislativa, na Horta, ilha do Faial, após quatro dias de discussão.

O Parlamento também aprovou, por maioria, em votação final global, as Orientações de Médio Prazo 2024-2028, com 23 votos a favor do PSD, cinco do Chega, dois do

CDS-PP e um do PPM, 23 votos contra do PS e um do BE, e duas abstenções da IL e do PAN.

A proposta de Orçamento, que define as linhas estratégicas do executivo de coligação para este ano, contempla um valor de 2.045,5 milhões de euros, semelhante ao apresentado em Outubro de 2023 (2.036,7 milhões).

Durante o debate do documento em plenário, o PS, o BE e a coligação PSD/CDS-PP/PPM, em conjunto com o Chega, apresentaram propostas de alteração para repor o normal funcionamento do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES),

em Ponta Delgada, atingido por um incêndio a 4 de Maio.

O presidente do Governo dos Açores, José Manuel Bolieiro, prometeu elaborar um “plano anual de manutenção” para as unidades de saúde e reiterou a intenção de fazer do “velho Hospital Divino Espírito Santo um hospital novo”.

“O que importa, já deveria ter acontecido, mas vamos fazer acontecer: elaborar um plano anual de manutenção para o Hospital Divino Espírito Santo, bem como para o Hospital de Santo Espírito na Terceira e [hospital da] Horta, e ainda para todas as unidades de saúde do

Serviço Regional de Saúde”, declarou José Manuel Bolieiro.

O Presidente do Governo dos Açores disse ser intenção do Executivo “fazer diferente”, denunciando a herança deixada pelos anteriores executivos regionais do PS.

“Fazer diferente, para que o futuro não gere herança, como a que por nós foi recebida. Em vez de abandono e problemas, conservação e soluções”, reforçou. José Manuel Bolieiro reiterou a intenção de promover uma requalificação no hospital de Ponta Delgada, para que a unidade, que ficou inoperacional, seja um “hospital novo”.

Prejuízos no HDES vão ultrapassar os 24 milhões

A Presidente do Conselho de Administração do Hospital do Divino Espírito Santo (HDES) afirmou ontem que os custos para a maior unidade de saúde dos Açores funcionar, na sequência do incêndio, “é um valor que vai ser constantemente revisto”.

Na Quarta-feira a Secretária Regional da Saúde, Mónica Seidi, adiantou, no parlamento açoriano, que a estimativa preliminar de custos para a maior unidade de saúde dos Açores, em Ponta Delgada, funcionar este ano é de 24,306 milhões de euros.

Ontem, numa conferência de imprensa no hospital, Manuela Gomes de Menezes disse que não é possível dar ainda uma estimativa de custos, porque “todos os dias surgem situações diferentes”, relacionadas com “despesas provenientes da continuidade da laboração” do hospital.

“Estes 24 milhões que foram apresentados no Sábado à nossa tutela é um valor que vai ser constantemente revisto. Naquele Sábado foram 24 milhões. Hoje já não são 24 milhões”, afirmou a Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Ponta Delgada, na ilha de São Miguel.

A responsável explicou que, devido ao incêndio ocorrido no dia 4 de Maio, que o deixou sem actividade e obrigou à transferência de todos os doentes, o hospital está dividido por “seis instituições de saúde e com colaboradores também divididos” por aquelas unidades, tendo sido necessário criar um sistema de transporte para os trabalhadores.

“E, como tal, os custos são muito mais elevados pelo facto de estarmos dispersos”, acrescentou, sinalizando despesas que advêm da alimentação dos doentes e maiores deslocações, trabalhos de limpeza nos edifícios, sobrecustos com alimentação, porque a cozinha “ardeu por completo”, assim como “um aumento considerável” de consumo de material cirúrgico, e despesas com lavagem da roupa hospitalar, ao nível de telecomunicações e vigilância.

Para assegurar férias e folgas dos colaboradores foi necessário criar “uma bolsa de técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, médicos e enfermeiros para garantir a laboração e a continuidade dos cuidados assistenciais dos doentes”, acrescentou.

“A mensagem que é importante

passar é a de que estamos completamente dispersos e, por esse facto, estes custos vão ser sempre dinâmicos. No final de Maio vai ter outro valor. Em Junho muito provavelmente terá outro valor, mas isto já faz parte”, vincou a responsável.

Manuela Gomes de Menezes acrescentou que, desde o dia do incêndio, o hospital criou “um centro de custos” para conseguir contabilizar os danos causados pelo sinistro e “todos os custos que decorrem da operação que foi necessário montar para assegurar a atividade assistencial aos doentes”.

Segundo aquela responsável, ainda prosseguem os trabalhos de averiguação das causas do incêndio.

No entanto, adiantou, já foi concluída a instalação de dois postos de transformação que asseguram o abastecimento de energia de “modo fiável e seguro” à zona nascente e sul e poente do edifício.

Ainda no decurso da próxima semana deverá ser concluída a finalização da instalação de um terceiro e último posto de transformação, que permitirá o abastecimento de energia à remanescente parte do edifício - zona norte.

A Presidente do Conselho de Administração do HDES indicou ainda que prosseguem “a um ritmo eficaz” os trabalhos de limpeza profunda do hospital, os testes a equipamentos, testes e limpeza das condutas de ar e sistema de ar condicionado, assim como ao sistema de gases medicinais.

Todos os serviços não clínicos estão a laborar, em regime presencial, no edifício, desde Quarta-feira, nomeadamente os serviços de recursos humanos, informática, financeiros, aprovisionamento, gestão de doentes, cedência de informação clínica, gabinete do utente, serviço social, deslocação de doentes, gestão do risco, serviços gerais, hoteleiros e jurídicos, entre outros.

Manuela Gomes de Menezes revelou também que a lavandaria “retomou a actividade em pleno na Quinta-feira, estando assegurada a lavagem diária de 4,5 toneladas de roupa hospitalar e fardamento”.

Na próxima semana após ser terminada a limpeza da central de esterilização serão realizados, por técnicos especializados, testes com vista à avaliação e testagem daquela central, concluiu a Presidente da unidade hospitalar.

Avaliação da habitação volta a disparar nos Açores

Em Abril de 2024, o valor mediano de avaliação bancária, no país, realizada no âmbito de pedidos de crédito para a aquisição de habitação, fixou-se em 1 596 euros por metro quadrado (euros/m²), tendo aumentado 16 euros (1,0%) face a Março de 2024.

A Região Autónoma dos Açores apresentou o aumento mais expressivo face ao mês anterior (2,5%), tendo as restantes regiões registado variações positivas, com excepção do Algarve que apresentou uma variação nula.

Em comparação com Abril de 2023, o valor mediano das avaliações cresceu 7,0%, observando-se a variação mais intensa na Região Autónoma dos Açores (19,7%), não se tendo verificado qualquer des-

cida.

Aumento nos apartamentos

No mês em análise, o valor mediano de avaliação bancária de apartamentos foi 1 769 euros/m², tendo aumentado 6,1% relativamente a Abril de 2023.

Os valores mais elevados foram observados na Grande Lisboa (2 338 euros/m²) e no Algarve (2 092 euros/m²), tendo o Centro registado o valor mais baixo (1 215 euros/m²).

A Região Autónoma da Madeira apresentou o crescimento homólogo mais expressivo (19,5%) e o Algarve o menor face ao mesmo período do ano anterior (1,2%).

Comparativamente com o mês de

Março de 2024, o valor de avaliação subiu 0,6%, registando o Centro a maior subida (2,4%) ocorrendo a única descida no Norte (-0,3%). O valor mediano da avaliação para apartamentos T2 subiu 16 euros, para 1 810 euros/m², tendo os T3 subido 13 euros, para 1 575 euros/m². No seu conjunto, estas tipologias representaram 79,9% das avaliações de apartamentos realizadas no período em análise.

Já nas moradias, o valor mediano da avaliação bancária das moradias foi de 1 248 euros/m² em Abril de 2024, o que representa um acréscimo de 9,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Os valores mais elevados observaram-se na Grande Lisboa (2 289 euros/m²) e no Algarve (2 185 euros/m²),

registando o Centro e o Alentejo os valores mais baixos (963 euros/m² e 1 052 euros/m², respetivamente). A Região Autónoma da Madeira apresentou o maior crescimento homólogo (16,7%), tendo-se registado o menor no Algarve (3,0%).

Comparativamente com o mês anterior, o valor de avaliação subiu 0,7%. A Grande Lisboa apresentou o crescimento mais elevado (2,1%), ocorrendo a descida mais acentuada no Centro (-0,7%). O valor mediano das moradias T2 e T3 subiu 7 euros em ambas, para 1 238 euros/m² e 1 232 euros/m² respectivamente, e as T4 subiram 17 euros, para 1 305 euros/m². No seu conjunto, estas tipologias representaram 90,1% das avaliações de moradias realizadas no período em análise.